

# A sobrevida fascista nas formas urbanas contemporâneas

Rodolfo de Almeida Valente<sup>1</sup>

**Resumo:** O número crescente de países governados por figuras de extrema-direita suscitou a retomada do debate sobre o fascismo e a possibilidade de sua reedição histórica. Neste ensaio, procura-se deslocar o eixo de análise às relações sociais cotidianas, suas formas urbanas e, em particular, à denominada *forma de vida em condomínio edilício*, tendencialmente hegemônica nos grandes centros urbanos. Dessa perspectiva, a questão sobre a sobrevivência do elemento fascista na contemporaneidade é centrada, não na possibilidade de os regimes políticos atuais transmutarem-se em regime fascista, e sim na sua (re)produção no âmbito da erosão da *experiência* aprofundada pelo dispositivo totalitário das grandes metrópoles da era neoliberal.

**Palavras-chave:** Fascismo. Forma de vida. Metrópole neoliberal.

**Abstract:** The growing number of countries governed by far-right leaders has suscitaded the return of the debate on fascism and the possibility of its historical reprint. The attempt in this essay is to shift the axis of analysis to everyday social relations, their urban forms and, in particular, to the so-called building-condominium life-style, tending to be hegemonic in large urban centers. From this perspective, the question of the survival of the fascist element in contemporary times is centered, not on the possibility that current political regimes transmute into a fascist regime, but on their (re)production within the erosion of experience deepened by the totalitarian device of great metropolises of the neoliberal era.

**Keywords:** Fascism. Way of life. Neoliberal metropolis.

---

<sup>1</sup> Pesquisador e advogado. Doutorando (desde 2019) e mestre (2015-2018) em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas. E-mail: rodolfoav@yahoo.com.br

Impossível compor um poema a essa altura da evolução da humanidade.

(...) Há máquinas terrivelmente complicadas  
para as necessidades mais simples.

Se quer fumar um charuto aperte um botão.

Paletós abotoam-se por eletricidade.

Amor se faz pelo sem-fio.

Não precisa estômago para digestão.

(...) Inabitável, o mundo é cada vez mais habitado.

E se os olhos reaprendessem a chorar seria um segundo dilúvio.

(Desconfio que escrevi um poema.)

Carlos Drummond de Andrade, "O Sobrevivente", 1930

Desde então, a hora incerta,

Aquela pena regressa,

E se não encontra quem a escute,

Queima no peito o coração.

Olha de novo os rostos dos companheiros

Lívidos na primeira luz,

Cinzentos do pó de cimento,

Imperceptíveis na bruma,

Os seus sonhos manchados de morte e angústia:

À noite apertam as suas mandíbulas

E sob o peso longo dos sonhos

Ruminam invisíveis nabos.

"Para trás, fora daqui,

Afastai-vos.

Eu não suplantei ninguém,

Não usurpei o pão de ninguém,

Ninguém morreu em meu lugar.

Ninguém.

Retornem às vossas brumas.

Não é a minha culpa se vivo e respiro  
Se como e se bebo, se durmo e estou vestido”

Primo Levi, “O Sobrevivente”, 1984

## I

A recente conjuração da escalada dos chamados “discursos de ódio” com a eleição em série de lideranças de extrema-direita<sup>2</sup> – mesmo na autoproclamada “maior democracia do mundo” – impulsionou o retorno do debate público sobre a possibilidade de reedição contemporânea do fascismo histórico<sup>3</sup>. Por fascismo histórico, bem entendido, afere-se, em primeiro plano, os movimentos, ideologias e respectivos regimes políticos do fascismo italiano e do nazismo germânico e, secundariamente, governos nacionais que, de uma ou outra forma, os mimetizaram, como o franquismo em Espanha e o salazarismo em Portugal – uns e outros germinados no entreguerras.

O recurso a semelhante abordagem, mais implícita do que teorizada no raso da superfície pânica e eleitoral em que (re)emerge, implica dupla turvação: por um lado, a circunscrição ao problemático exercício de cotejo com os regimes fascistas históricos à procura pela definição do “ser ou não ser” dos regimes políticos de agora tende ao achatamento do conceito à sua expressão burocrático-institucional e com isso renova a hegemônica concepção liberal do fascismo como

---

<sup>2</sup> Entre outros, eleitos na vaga histórica derivada da crise de 2008 e dos subsequentes levantes populares: Orbán, na Hungria (desde 2010), Erdogan, na Turquia (2014), Modi, na Índia (2014), Duda, na Polônia (2015), Duterte, nas Filipinas (2016), Trump, nos Estados Unidos (2016) e Bolsonaro, no Brasil (2018). Vale ainda mencionar Salvini, na Itália, que não chegou ao cargo de primeiro-ministro, mas simboliza fortemente a evolução do mesmo fenômeno político.

<sup>3</sup> Em recente debate promovido no 2º *Simpósio Direitas Brasileiras - Bolsonaro no Poder* (3 de junho de 2020; org.: Cemarx/IFCH/Unicamp), Paulo Arantes, citando obra do escritor estadunidense David Neiwert (*It-America: The Rise of the Radical Right in the Age of Trump*, 2017), lembra que aludida polêmica emergiu no curso da campanha de Trump nas eleições de 2016. [acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=NsinM6ZTYqE>].

exato oposto da democracia burguesa<sup>4</sup>; consequentemente, por outro lado, a possibilidade de análise das dinâmicas destrutivas do Capital no viveiro de suas formas sociais – de onde verdadeiramente emanam as condições modernas do autoritarismo e do extermínio [Reich, 1972; Adorno, Horkheimer, 2006; Benjamin, 2012] – é interdita e, com ela, a imaginação das possíveis alternativas históricas à sua crise para além da parêntese democracia-liberal-ou-fascismo.

Em outras palavras, a concepção do fascismo como anomalia disruptiva da democracia liberal que, por limitada e violenta, a todo custo deve ser preservada diante da “ameaça maior” (da “grande regressão”, do retorno do “monstro fascista”, etc.), ao cerrar a análise à predicabilidade dos poderes constituídos, negligencia o concreto *aviso de incêndio* que provém, não tanto dos vicejantes (e vociferantes) governos de extrema-direita, mas sobretudo do franco esgarçamento das relações sociais que campeia, quase silencioso, no cotidiano das grandes cidades. Na síntese de Catalani:

Adorno considerava, ao refletir sobre a “elaboração do passado”, que “a sobrevivência do nacional-socialismo na democracia é potencialmente mais ameaçadora do que a sobrevivência de tendências fascistas contra a democracia”. Enquanto insistirmos na ideia de “golpes contra a democracia” continuaremos a bater com a cabeça na parede. Pois isso o que estamos chamando de fascismo (no Brasil e no mundo) é, em certa medida, “democrático”, tanto no sentido de que tais regimes foram eleitos por majorias, quanto no sentido de relativa preservação da normalidade institucional. Por outro lado, pensar o fascismo

---

<sup>4</sup> Lembrando Chasin: “o limite da crítica liberal aos fenômenos fascistas é o próprio sistema que os gera. A insuficiência total da análise liberal do fascismo tem certamente neste limite sua explicação, e se ela pode se dar por satisfeita com sua “explicação” no plano ideológico, em contrapartida, no plano científico ela só reforça a tese do vínculo causal entre o sistema que a produz e que também é o responsável genético pelos fenômenos fascistas”. [Chasin, 1978: 56]

no interior do regime democrático significa pensar aquilo que permite a normalização mental e jurídica do extermínio e da violência de Estado contra setores da população (a saber, a população negra e pobre), que não é de agora. [Catalani, 2019]

Convém notar que importantes esforços teóricos têm sido envidados para situar conceitual e historicamente o despontamento de uma nova forma de fascismo. Na formulação sociológica e mais estritamente política e superestrutural do fenômeno, há um fecundo debate sobre a caracterização morfológico-regimental das mudanças promovidas pelos ascendentes governos de extrema-direita e sobre a formação de movimentos, grupos ou bandos sociais com tendências autoritárias mais ou menos articuladas àqueles.

Do ângulo global, são conhecidas as designações de tais regimes como “populistas de direita” [Finchelstein, 2019], “pós-fascistas” [Traverso, 2019] ou transitórios a uma “plutocracia global” [Milanovic, 2020]<sup>5</sup>. No caso brasileiro, para Borón, o atual regime parecia com as “mais sanguinárias ditaduras militares conhecidas no passado, mas não será fascista”<sup>6</sup>; em contraponto, Boito Jr. conjectura que é possível identificar no chamado “bolsonarismo” uma ideologia e um movimento neofascistas, com seus líderes ocupando posição dominante no governo – conjunto que ainda não configura um regime político fascista, assevera<sup>7</sup>. O infame governo é ainda averbado como

---

<sup>5</sup> A hipótese da convergência para um regime plutocrático não é inteiramente nova. Florestan Fernandes já vislumbrava, como possível variante de um fascismo pós-fascista, a constituição de uma “plutocracia moderna” articulada ao “totalitarismo de classe” [Fernandes, 2015].

<sup>6</sup> “Caracterizar o governo de Jair Bolsonaro como “fascista” é um erro grave”, artigo publicado no Brasil de Fato em janeiro de 2019: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/02/artigo-or-caracterizar-o-governo-de-jair-bolsonaro-como-fascista-e-um-erro-grave/>

<sup>7</sup> “A terra é redonda e o governo Bolsonaro é fascista”, artigo publicado no portal A Terra é Redonda em outubro de 2019: <https://aterraeredonda.com.br/a-terra-e-redonda-e-o-governo-bolsonaro-e-fascista/>

versão brasileira do bonapartismo<sup>8</sup> e como atualização do *integralismo*, o “fascismo à brasileira”<sup>9</sup>.

Neste ensaio, no entanto, parte-se de uma mirada, por assim dizer, mais chã, retomando-se uma antiga hipótese de que o ponto nevrálgico do chamado *novo fascismo* situa-se na “mutação antropológica” que permitiu, no curso do pós-guerras, a *hegemonização* de um modo de vida atomizado, consumista e competitivo, próprio da sociabilidade das grandes metrópoles [Pasolini, 1990]<sup>10</sup>. Aquém de definir idealmente a precisão conceitual do uso contemporâneo da categoria fascismo aos fenômenos de estrita ordem política<sup>11</sup>, importará aqui rastrear as pistas de tal exercício no solo das relações materiais mais simples que podem franquear outras possibilidades de sua atualização teórica. Mira-se, especificamente, o paradigma da *forma de vida em apartamento* como uma das bases estruturantes das condições contemporâneas de fascistização das relações sociais.

---

<sup>8</sup> “As balizas do golpe bonapartista e a esquerda brasileira”, artigo do cientista político Milton Pinheiro publicado pelo blog da Boitempo em maio de 2020: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/05/19/as-balizas-do-golpe-bonapartista-e-a-esquerda-brasileira/>

<sup>9</sup> “Por que assistimos a uma volta do fascismo à brasileira”, artigo assinado por André Singer, Christian Dunker, Cicero Araújo, Felipe Loureiro, Laura Carvalho, Leda Paulani, Ruy Braga e Vladimir Safatle, e publicado na Folha de São Paulo em junho de 2020: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/06/por-que-assistimos-a-uma-volta-do-fascismo-a-brasileira.shtml>

<sup>10</sup> Cf. Pasolini: “nenhum centralismo fascista conseguiu fazer o que fez o centralismo da sociedade de consumo. O fascismo propunha um modelo, reacionário e monumental, mas permanecia letra morta. As várias culturas particulares (camponesas, subproletárias, operárias) continuavam imperturbavelmente a conformar-se a seus antigos modelos: a repressão se limitava a obter sua adesão puramente verbal. Hoje, ao contrário, a adesão aos modelos impostos pelo Centro é total e incondicional [...] Como pôde tal repressão se exercer? Através de duas revoluções, internas à organização burguesa: a revolução das infra-estruturas e a revolução nos meios de informação”. [Pasolini, 1990: 57-8]

<sup>11</sup> Neste ponto, parece bastante correta a ponderação de Atilio Borón de que, antes de “se entreter numa distinção acadêmica em torno das diversas formas de domínio despótico no capitalismo”, o fundamental à tarefa crítica é “contribuir com uma precisa caracterização do inimigo, sem a qual jamais poderá ser combatido verdadeiramente”.

## II

Na perspectiva arqueológica, que é a de minha pesquisa, as antinomias (por exemplo, a da democracia versus totalitarismo) não desaparecem, mas perdem seu caráter substancial e se transformam em campos de tensões polares, entre as quais é possível encontrar uma via de saída. [...] se não se compreende o que se põe em jogo no fascismo, não se chega a observar sequer o sentido da democracia.

Giorgio Agamben<sup>12</sup>

Ao longo da série de volumes do seu projeto filosófico designado *Homo Sacer*, redigido entre 1995 e 2014, Giorgio Agamben destina lugar central ao trabalho do conceito da *forma-de-vida* contraposto à distinção entre *zoé* (mero viver) e *bios* (forma de vida politicamente qualificada) recuperada da formação clássica da pólis grega. Forma-de-vida seria, nesse contraponto às *formas de vida*, “uma vida que jamais pode ser separada da sua forma [...] em que nunca é possível isolar ou manter algo como uma vida nua” [Agamben, 2017: 233]. A rigor, forma-de-vida é o conceito-guia a partir do qual Agamben edificará a sua crítica à constituição do poder político moderno fundado na separação “de uma esfera de vida nua do contexto das formas de vida” [Agamben, 2015: 14]. As formas de vida seriam, portanto, qualificações atribuíveis (e consequentemente revogáveis) pelo poder soberano à *vida nua*.

Não se trata de um simples sistema de classificação e desclassificação político-social e sim da cabal inscrição da vida no tecido político-jurídico, isto é, na cidade. Significa dizer, desde a acepção hobbesiana de soberania, que a vida mitologicamente ameaçada pelo

---

<sup>12</sup> Em entrevista a Flávia Costa publicada na Revista do Departamento de Psicologia - UFF, v. 18 - n. 1, p. 131-136, Jan./Jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rdpsi/v18n1/a11v18n1.pdf>

*estado de natureza* adquire o estatuto de vida política e passa ao jugo de proteção-e-ameaça, de direito-de-vida-e-de-morte, do *Leviatã*:

O estado de exceção, sobre o qual o soberano decide todas as vezes, é precisamente aquele no qual a vida nua, que, na situação normal, aparece reunida às múltiplas formas de vida social, é colocada explicitamente em questão como fundamento último do poder político. O sujeito último, que se trata de excetuar e, ao mesmo tempo, de incluir na cidade, é sempre a vida nua” [Agamben, 2015: 15].

Sobre o caráter mitológico do contrato social, ainda hoje espeque da política ocidental, Agamben, no primeiro volume do *Homo Sacer*, atina à necessidade de

reler desde o princípio todo o mito de fundação da cidade moderna, de Hobbes a Rousseau. O estado de natureza é, na verdade, o estado de exceção, em que a cidade se apresenta por um instante (que é, ao mesmo tempo, intervalo cronológico e átimo intemporal) *tanquam dissoluta*. A fundação não é, portanto, um evento que se cumpre de uma vez por todas *in illo tempore*, mas é continuamente operante no estado civil na forma de decisão soberana [Agamben, 2010: 108].

A cidade moderna funda e é fundamentada pelo “estado de exceção”<sup>13</sup>, assim concebido, na realidade e desde a origem, como a regra, ainda que oculta, das ordenações político-jurídicas ocidentais.

---

<sup>13</sup> Entre aspas porque, para Walter Benjamin – também para Agamben – o verdadeiro Estado de Exceção somente poderá ser originado da fratura do *continuum* histórico de dominação capitalista. Por essa razão, Benjamin retifica a aceção de Carl Schmitt para apontar que o soberano não pode decidir sobre a instauração do Estado de Exceção, mas somente excluí-lo [Benjamin, 2011].

Diante do avançado da hora do *Capitalismo tardio*, sob o qual acelera-se o processo de rebaixamento social de frações cada dia mais extensas de seres humanos tornados simplesmente descartáveis do ponto de vista da economia de mercado, o elemento oculto do “estado de exceção” normalizado, a *vida nua*, “que separa, em todos os âmbitos, as formas de vida com relação à coesão delas numa forma-de-vida” [Agamben, 2017: 235], transfigura “as formas de vida reais como formas de sobrevivência, restando nelas não provada como a obscura ameaça que pode ser atualizada repentinamente na violência, na estranheza, na doença, no incidente” [2017: 236].

### III

A própria cidade moderna, “domínio próprio e ilimitado do social” [Cavalletti, 2010: 11], funciona, em última análise, como centro normalizador das múltiplas formas de vida cuja “diversidade” se unifica, no entanto, em um mandamento incontornável e eliminatório: a existência social apenas é viável se juridicamente qualificável. Sobreviver no exercício coativo de determinada forma de vida na sociedade produtora de mercadorias [Kurz, 1997] denota, pois, se incluir juridicamente, converter as fontes vitais em força de trabalho trocável pelo equivalente geral do dinheiro [Pachukanis, 2017]<sup>14</sup>. Não se trata de exigência surgida das contingências contemporâneas, porém é nos dias de agora que ela se agrava e inerva o sentido atribuído por Agamben à *vida nua*. Somente neste contexto pode-se situar a análise

---

<sup>14</sup> A acepção de *sobreviver* aqui ata-se diretamente ao aprisionamento à segunda natureza (“pseudonatureza”) que Debord chamou de “sobrevivência ampliada”: “essa constante da economia capitalista que é a *baixa tendencial do valor de uso* desenvolve uma nova forma de privação dentro da sobrevivência ampliada. Esta não se torna liberada da antiga penúria, pois exige a participação da grande maioria dos homens, como trabalhadores assalariados, na busca infinita de seu esforço; todos sabem que devem submeter-se a ela ou morrer. É a realidade dessa chantagem: o uso sob sua forma mais pobre (comer, morar) já não existe a não ser aprisionado na riqueza ilusória da sobrevivência ampliada, que é a sabe real da aceitação da ilusão geral no consumo das mercadorias modernas” [Debord, 1997: 33].

das formas de vida atuais e sua conexão estrutural com os recentes fenômenos sociais atrelados ao elemento fascista.

Se é possível precisar as formas de vida predominantes no período dito fordista (para Gramsci tais formas se unificavam no paradigma do “americanismo”<sup>15</sup>) como fôrma infraestrutural das engrenagens que fizeram girar a roda da história nos capítulos de terror do entreguerras, seria necessário, então, precisar quais são as novas formas de vida estruturadas *em função da era neoliberal* e se é possível nelas identificar substratos míticos configuradores de algo como um *novo fascismo*.

Um caminho para conduzir essa questão passa pela investigação da notável mutação das grandes metrópoles mundiais no limiar da grande crise do Capital desbordada em meados dos anos 1970 [Arrighi, 1996]. Poucos anos antes, Lefebvre, diante de um fenômeno ainda embrionário, já arriscava prognóstico bastante heterodoxo na tradição marxista ao identificar a passagem da *produção de coisas no espaço à produção do próprio espaço urbano em escala global*. Significava dizer, em síntese, que a perspectiva estrita de indústria que, para a tradição marxista hegemônica, confinaria a contradição fundamental entre capital e trabalho, exigia substancial reformulação para dar conta da expansão do processo incessante de mercadorização à própria cidade e, conseqüentemente, aos diversos aspectos que a integram. A contradição central a mover o dínamo capitalista estaria no maciço da cidade e não somente no chão das fábricas [Lefebvre, 2008].

Muitas das percepções de Lefebvre foram materializadas na dinâmica das grandes metrópoles industriais a contar do poente dos anos 1970. Décadas depois, consolidadas a *débâcle* soviética e a solução neoliberal à crise capitalista, Mike Davis captura o surgimento da nova metrópole em estudo clássico sobre a transfiguração da californiana cidade de Los Angeles como marco da emergência da economia política da produção do espaço: da industrialização em sentido estrito,

---

<sup>15</sup> Gramsci, Antonio. *Americanismo e fordismo*. São Paulo: Hedra, 2008.

fábrica, à industrialização aprofundada, cultural e urbana [Davis, 1993]. Entre as ruínas das comunidades negras duplamente devastadas pelas deslocalizações industriais e pelo massacre sujo capitaneado por Edgar Hoover contra o ascendente movimento negro dos anos 1960 e 70, aprestou-se reestruturação urbana pavimentada no modelo de verticalização de enclaves fortificados e do artifício da guerra ao crime (e derivada “guerra às drogas”) como meio de canalizar o medo racial nos dutos da garantia de propriedade das novas mercadorias urbano-securitárias [Davis, 1993; Graham, 2016; Camp, 2016; Alexander, 2018].

Paralelamente, vicejava no plano político o mito das “cidades globais” [Ferreira, 2007] a expressar, ideologicamente, a transformação prática das grandes cidades em mercadorias complexas vendidas no hegemônico mercado da *finança mundializada* [Chesnais, 1996], competidoras entre si pela captura dos fluxos de capitais cada vez mais ditados pelo mandado da *criação do valor acionário* e da *máxima rotação do capital* [Dardot, Laval, 2016]. É precisamente nesse cenário que a forma de moradia urbana hegemônica passa a ser, cada vez mais, a vida-em-condomínio-edifício, com a ampla verticalização das grandes cidades e a escalada dos apartamentos residenciais fomentada pelo Capital financeiro-imobiliário.

Para falar especificamente da cidade de São Paulo, Teresa Caldeira, em pesquisa realizada entre 1988 e 1998, situa o estabelecimento do novo paradigma urbano nos auspícios da assim falada *transição democrática*. A história da urbanização de São Paulo estaria demarcada por três padrões de segregação espacial: a “segregação por tipo de moradia”, do final do século XX aos anos 1940; a “centro-periferia”, dos anos 1940 aos 80; e, desde os anos 1990, a nova ordem privada dos “enclaves fortificados”, em que os condomínios prediais passam a ser murados, paramentados com um sem-número de tecnologias de segurança e propagandeados em oposição aos “perigos” do espaço público. Um *estilo de vida total*, segundo seus propagandistas, organizado, em tempos neoliberais, contra a “criminalidade urbana” e em oposição ao próprio ideal de cidade, “representada como um

mundo deteriorado no qual não há apenas poluição e barulho, mas, o que é mais importante, confusão e mistura, isto é, heterogeneidade social” [Caldeira, 2000: 265].

Antes de Caldeira, o antropólogo Gilberto Velho, atraído pela imensa “floresta de prédios” em que se transformara o bairro de Copacabana entre 1950 e 1970, produziu, no auge da Ditadura Militar, pioneiro estudo etnográfico sobre as transformações das relações sociais expressas nas novas formas de sociabilidade advindas da hegemonia dos condomínios edilícios. Velho investigou, em particular, o Edifício Estrela, onde residiu de julho de 1968 a março de 1970. Procurou “ver, através dele, o bairro [de Copacabana]” e suas transmutações sociais e urbanas [Velho, 1975: 9]. A pesquisa foi publicada em 1972 com o título *A utopia urbana: um estudo de Antropologia Social*, obra seminal nos estudos em ciências sociais sobre condomínios prediais na metrópole contemporânea.

Recentemente, também pude detectar a escalada da verticalização condominial<sup>16</sup> conjugada à crescente organização política de moradores de condomínios prediais para ingerir em questões urbanas e securitárias (em especial no âmbito de atuação dos *Conselhos Comunitários de Segurança* – Consegs), sempre em oposição – com frequência veiculadas em discursos de ódio e de intolerância – às denominadas “comunidades” [Valente, 2018]. À mesma época, diversas varandas e janelas de apartamentos por todo o país sediaram as manifestações em favor do processo de *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff associadas, mais das vezes, com pautas autoritárias [cf. Scartezini, 2016; Ortellado, Solano, 2016] e cuja culminância remete ao atual cenário caótico mencionado na primeira linha deste escrito.

---

<sup>16</sup> A fração da população paulistana residente em condomínios edilícios foi de 20,8% em 1991 para 29% em 2010 e 37% em 2016. Segundo dados colhidos em 2016, são cerca de 21 mil edifícios com 1,5 milhão de apartamentos, arrecadação de R\$ 13 bilhões anuais (perto de um quarto do total das receitas arrecadadas pelo município em 2016), com emprego direto de 160 mil e indireto de 100 mil pessoas [Valente, 2018].

## IV

Os habitantes de um mesmo prédio vivem a apenas alguns centímetros uns dos outros, uma simples divisória os separa, partilham os mesmos espaços que se repetem ao longo dos andares; fazem os mesmos gestos ao mesmo tempo, abrir a torneira, dar a descarga, acender a luz, pôr a mesa, algumas dezenas de existências simultâneas que se repetem de andar em andar, de prédio em prédio e de rua em rua. Eles se entrincheiram em suas partes privativas – pois é assim que se chamam – e gostariam que nada dali saísse...

Georges Perec<sup>17</sup>

“Apartamento não tem vizinho, tem companhia de elevador”: assim resumiu a percepção das novas relações entre moradores de apartamentos contíguos o compositor e ator Mário Lago, então morador de Copacabana, em entrevista concedida ao Roda Viva em 1998<sup>18</sup>. Certificava desde sua experiência pessoal aquilo que Gilberto Velho etnografara duas décadas antes no mesmo bairro de Copacabana: “os habitantes do prédio pouco se dão entre si. Poucas são as pessoas que se cumprimentam nos corredores e elevadores e menos ainda entabulam conversação. A relação entre vizinhos é, de modo geral, tensa, quando não hostil” [Velho, 1975: 43].

Logo nos albores do ensaio *A Indústria Cultural: o Esclarecimento como Mistificação das Massas*, publicado em 1944 em *Dialética do Esclarecimento*, Adorno e Horkheimer, ao tratarem da homogeneização da cultura contemporânea sob o *culto do progresso técnico*, desvelavam o maquinismo por trás da ainda não-hegemônica habitação em apartamentos:

---

<sup>17</sup> *A vida modo de usar : romances*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

<sup>18</sup> Acesso – aos 6min24s: <https://www.youtube.com/watch?v=Pc2v9A7Ahwk>

Os projetos de urbanização que, em pequenos apartamentos higiênicos, destinam-se a perpetuar o indivíduo como se ele fosse independente, submetem-no ainda mais profundamente ao seu adversário, o poder absoluto do capital. Do mesmo modo que os moradores são enviados para os centros, como produtores e consumidores, em busca de trabalho e diversão, assim também as células habitacionais cristalizam-se em complexos densos e bem organizados. A unidade evidente do macrocosmo e do microcosmo demonstra para os homens o modelo de sua cultura: a falsa identidade do universal e do particular. Sob o poder do monopólio, toda cultura de massas é idêntica. [Adorno, Horkheimer, 2006: 99]

A projeção de uma organização urbana totalizante e unificadora das formas de vida hoje não somente constitui realidade massiva como também tem se tornado objeto de celebração e louvor. Em aparentemente involuntária paródia à notória película de glorificação do regime nazista dirigida por Leni Riefenstahl<sup>19</sup>, não há muito tempo foi lançado no Brasil o livro *O Triunfo da Cidade* [2016], do intitulado “melhor especialista em economia urbana de sua geração”, Edward Glaeser, com direito a homônimo seminário promovido pelo Insper (conhecido instituto liberal de ensino superior sediado em São Paulo). Ao longo da obra de mais de trezentas páginas, percorre-se uma enfiada de elogios ao êxito da grande metrópole contemporânea, rematado pelo culto da “cidade inteligente” e da “cidade do consumidor”. Diz Glaeser, em incontido entusiasmo:

À medida que se tornaram mais seguras e saudáveis, as cidades ficaram cada vez mais atraentes para os endinheirados. Hoje, os moradores de Nova York estão de fato dispostos a pagar um

---

<sup>19</sup> *Triunfo da Vontade*, Alemanha, 1935.

ágio para desfrutar de seus prazeres. O sucesso atual de Londres, Nova York e Paris reflete, em parte, seus pontos fortes como cidade do consumidor. Há todos os motivos para pensar que um mundo cada vez mais próspero continuará a depositar mais valor nos prazeres inovadores que as cidades podem oferecer. [Gleaser, 2016: 257]

A apologia à grande metrópole verticalizada e totalizante, expressamente elogiável por seus mecanismos de facilitação e aceleração do consumo e por sua “segurança”, atina bem à perspectiva do neoliberalismo como *nova razão do mundo* construída por Dardot e Laval. Os autores identificam a profusão neoliberal com a hegemonia entre os estados nacionais em competição da “subordinação a certo tipo de racionalidade articulada à globalização e à financeirização do capitalismo” [Dardot, Laval, 2016: 190]. Rendidos ao império financeiro da “criação do valor acionário” e diante da liquidação dos atributos da soberania nacional, os estados, em ritmo desigual e combinado, passam a se estruturar como empresas por meio de uma série de expedientes conhecidos (privatização, liberalização de ativos “públicos”, criação de agências reguladoras, etc.) e, mais do que isso, promovem reformas de seus mecanismos de governo com o objetivo de transformar seus “cidadãos” em “capital humano”, “empreendedores de si”.

Se a sociedade industrial – em sentido estrito – foi organizada politicamente para o fabrico do “sujeito produtivo” por meio das técnicas disciplinares de adestrar e docilizar para o trabalho [Foucault, 2006], o “sujeito empresarial” do neoliberalismo é garantido por uma governança insidiosa em todas as esferas da vida<sup>20</sup>. Esse novo sujeito é classificado, ao mesmo tempo, por seus atributos de empreendedor,

---

<sup>20</sup> “O ser desejante não é apenas o ponto de aplicação desse poder; ele é o substituto dos dispositivos de direção das condutas [...] As novas técnicas da ‘empresa pessoal’ chegam ao cúmulo de alienação ao pretender suprimir qualquer sentimento de alienação: obedecer ao próprio desejo ou ao Outro que fala em voz baixa dentro de nós dá no mesmo.” [Dardot, Laval, 2016: 327]

de consumidor e de homem atuarial, capaz de gerir a si mesmo como “capital humano”, identificar oportunidades de mercado e calcular os riscos de vitória ou derrota na competição aprofundada no mercado global de força de trabalho, tornando-se ilimitadamente responsável por sua ascensão ou declínio social. Enquanto a dimensão coletiva e mutual da vida é erodida, o paradigma do “eu empresa” se espalha por todos os recantos da vida social, em processo de redução extrema do indivíduo a mero sujeito jurídico – meros “vendedores de si mesmos” [Marx, 2013: 787] – sob a direção dos imperativos da coerção de rentabilidade e do medo de declínio social. À edificação do novo sujeito neoliberal corresponde o firmamento da forma de vida apartada e automatizada nos condomínios:

A lógica do condomínio pode ser compreendida como o correlato necessário de uma forma de vida que Boltanski e Chiapello chamaram de cidade por projetos, baseada na orientação da produção para a forma de redes, e da informação para o modo de conexões. Assim podemos navegar por todos os universos paralelos e virtuais, tendo acesso livre a todos os lugares, mas com garantia sólida de que na ‘vida real’ temos nosso próprio condomínio que nega, ponto a ponto, todos os aspectos da vida virtual, em rede e hiperconectiva. [...] quase todos os atributos verificados no processo produtivo se encontrarão, com o sinal trocado e de forma invertida, no condomínio, onde vigora a vida reprodutiva. Um lugar fortemente delimitado (muros), no qual a representação é substituída pela administração funcional (síndico) que cria uma rígida lei própria (regulamentos) conferindo suplemento de identidade moral a seus habitantes. Nele ganham substância os ideais de autorrealização e sucesso. [Dunker, 2015: 58]

O mito do livre mercado, da superioridade da sua forma urbana e do sucesso individual, o culto ao dinheiro e aos heróis-empresários-

de-si e os rituais urbanos de consumo, de trabalho 24 por 7 [Crary, 2014] organizados em uma *arquitetura do medo*<sup>21</sup>, se articulam materialmente na forma de vida urbana contemporânea, crescentemente organizada como uma “coleção cada vez mais complexa de gavetas” [Bernardo, 2009]: do apartamento ao elevador, do elevador ao carro ou ao vagão de metrô ou ao *uber*, daí ao elevador, à sala do escritório, depois aos corredores do shopping center, às gôndolas do supermercado, à loja de conveniências, à academia, etc. – e assim, sucessivamente, é reproduzida em massa uma *sobrevida* impulsionada maquinalmente, de contêiner em contêiner, e regulada por “sistemas instantâneos de deportação cuja intensidade tecnológica perturba incessantemente as estruturas sociais: deportação de pessoas no remanejamento da produção, deportação da atenção, do face a face humano, do contato urbano, para a interface homem/máquina” [Virilio, 1993: 12]. O alardeado “novo normal”, consigna pós-crise de 2008 reemergente na atual crise econômico-política-pandêmica, não deixa de anunciar o agravamento das condições *normais* de *vida confinada* já há décadas em sementeira intensiva não apenas nas grandes metrópoles, mas também nos médios e pequenos campos urbanos [Seabra, 2004].

## V

O espanto em constatar que os acontecimentos que vivemos “ainda” sejam possíveis no século XX não é nenhum espanto filosófico. Ele não está no início de um conhecimento, a menos que seja o de mostrar que a representação da história donde provém aquele espanto é insustentável.

Walter Benjamin

---

<sup>21</sup> Cf. De Giorgi: “A arquitetura urbana não se limita a tornar possível a vigilância, segundo o modelo foucaultiano da cidade punitiva, mas sim se transforma, ela mesma, em dispositivo de vigilância [...] O controle se materializa numa arquitetura que não regula o encontro, mas o impede, não governa a interação, mas cria obstáculos a ela, não disciplina as presenças, mas as torna invisíveis” [De Giorgi, 2006: 104].

Entre os horrores da primeira guerra e os prenúncios da segunda, Drummond paradoxalmente arrancava poesia à sua impossibilidade dada pela brutalidade da técnica e pela alienação social galopante na mesma época em que Benjamin, na outra margem do Atlântico, diagnosticava o *desmentido da experiência* diante do intraduzível da guerra, da crise, da fome, restando “no centro, em um campo de força de correntes destrutivas e explosões, o frágil, minúsculo corpo humano” [Benjamin, 2013b: 86]. Para Agamben, a forma de vida na grande metrópole traduz a sobrevida contemporânea em termos ainda mais pessimistas do que os de Drummond e Benjamin:

Nós hoje sabemos que, para a *destruição da experiência*, uma catástrofe não é de modo algum necessária, e que a pacífica existência cotidiana em uma grande cidade é, para esse fim, perfeitamente suficiente. Pois o dia-a-dia do homem contemporâneo não contém quase nada que seja ainda traduzível em experiência: não a leitura do jornal, tão rica em notícias do que lhe diz respeito a uma distância insuperável; não os minutos que passa, preso ao volante, em um engarrafamento; não a viagem às regiões íferas nos vagões de metrô nem a manifestação que de repente bloqueia a rua; não a névoa dos lacrimogêneos que se dissipa lenta entre edifícios do centro e nem mesmo os súbitos estampidos de pistola detonados não se sabe onde; não a fila diante dos guichês de uma repartição ou a visita ao país de Cocanha do supermercado nem os eternos momentos de muda promiscuidade com desconhecidos no elevador ou no ônibus. [Agamben, 2005: 22]

O conhecido diálogo sobre a (im)possibilidade da poesia após *Auschwitz* urdido entre Adorno e Paul Celan parece ter se (re)definido da pior maneira possível. Hoje, na polêmica entre Scorsese e a Indústria de Hollywood aplacada pela providência da *Netflix*, não se fala mais

sobre a impossibilidade da rarefeita poesia contemporânea – engolfada sistematicamente pela mitologia da propaganda e do espetáculo [Adorno, Horkheimer, 2006; Debord, 1997]<sup>22</sup>; a pauta do dia gira em torno da (im)possibilidade do cinema na era digital, reatualizando a prognose de Adorno e Horkheimer em 1944:

Se a técnica pudesse impor a sua vontade, os filmes já seriam fornecidos em cada apartamento segundo o modelo do rádio. Eles já tendem para o *comercial system* [...] O fascismo, porém, espera reorganizar os recebedores de dádivas, treinados pela indústria cultural, nos batalhões regulares de sua clientela compulsiva. [Adorno, Horkheimer, 2006: 133]

A sobrevivência consternada que Levi expressa no poema homônimo ao de Drummond e escrito passado mais de meio século, torturada pela impotência diante do aparentemente irrealizável compromisso de redenção que ressoa das vítimas do Holocausto e da supremacia do inimigo que “nunca deixou de vencer”, encontra a sua hipócrita (e apócrifa) correlata na vida em apartamento dos grandes conglomerados urbanos: apartada da experiência, apartada do Outro, unida pelo consumo compulsivo, pelo medo do Outro e pela “angústia de aniquilação”<sup>23</sup>, a forma de (sobre)vida que tem se tornado hegemônica na

---

<sup>22</sup> Demarca Barthes: “Enquanto o mito visa a uma ultra-significação, a ampliação de um sistema primeiro, a poesia, pelo contrário, tenta recuperar uma infra-significação, um estado pré-semiológico da linguagem: em suma, esforça-se por retransformar o signo em sentido: o seu ideal – tendencial – seria atingir, não o sentido das palavras, mas o sentido das próprias coisas” [Barthes, 1993: 154].

<sup>23</sup> Cf. Mbembe: “o desejo de inimigo, o desejo de apartheid (separação e enclave) e a fantasia de extermínio ocupam o lugar deste círculo encantado. Em inúmeros casos, basta um muro para o exprimir. Existem muitos tipos de muro, e nem todos cumprem as mesmas funções. O muro de separação serve supostamente para resolver o excesso de presença, a qual se diz ser a causadora de insustentáveis sofrimentos. Resgatar o sentimento de vida depende, desde logo, da ruptura com aquele cuja ausência, e até o puro e simples desaparecimento, jamais será vivida como perda. Passa também por

grande metrópole neoliberal é concomitantemente ditada pelos imperativos da *Finança Mundializada* produtora serial de dívidas e do meio de garanti-las. Como salienta Dunker, o pujante mercado de apartamentos tem como móbil principal o mecanismo da dívida, “que fixa o sujeito a um compromisso futuro e introduz um grande distanciamento físico de sua família ou de seu bairro de origem” [Dunker, 2015: 58].

Sob a aparência de autonomia, o indivíduo apartado de sua *forma-de-vida* é, na verdade, conduzido pelos dois braços: de um lado o segura a mão da *gestão* (cada vez mais “privada” do que “pública”) dos pormenores do cotidiano, tornado mecânico, estranho e mortuário [Lefebvre, 2008]; agitando a sua outra mão, o mecanismo da dívida – constituído por prestações a perder de vista do apartamento adquirido, taxas mensais de condomínio, seguros, planos de saúde, etc. – e a subtendida chantagem operada pelo oligopólio financeiro da produção e reprodução/gestão do espaço urbano:

Com a alta inadimplência nos financiamentos imobiliários provocada pela crise econômica, o número de imóveis retomados pelos bancos disparou nos últimos anos. Desde o início de 2014, as cinco maiores instituições financeiras do País retomaram R\$ 11,5 bilhões em imóveis por falta de pagamento. O setor estima que essa cifra corresponde a cerca de 70 mil casas e apartamentos. A inadimplência cresceu à medida que a crise elevou o desemprego e reduziu a capacidade financeira das famílias. Atualmente, os cinco maiores bancos têm o volume recorde de R\$ 13,7 bilhões em imóveis à espera de um interessado - incluindo as unidades que já estavam no estoque -, cifra que cresceu 745% em quatro anos e meio. [Estado de SP, 27.08.2018]

---

admitir que entre ele e nós não há nada em comum. A angústia de aniquilação é assim fulcral nos projectos contemporâneos de separação”. [Mbembe, 2017: 73]

No centro do invólucro da forma de vida em apartamento, bem cotada no contraste com o genocídio gerido burocraticamente no exterior de seus muros, pulsa no escuro do indivíduo apartado da *experiência* a ameaça de derrear a mera *vida nua*, sobrevida supérflua e passível de descarte caso se torne inviável como mercadoria. Tomado como *dispositivo* e não estritamente como movimento ou regime político<sup>24</sup>, o elemento fascista espreita aí, em ponto de ebulição, trajado de solução mítica à crise permanente do Capitalismo tardio, de antemão normalizada na prática de criminalização e extermínio em massa do Outro racializado como objeto de exploração e imolação ao Deus-mercado.

## VI

Quem tomou gosto pela sobrevivência quer acumulá-la. Procurará provocar situações em que sobreviva simultaneamente a muitos. Os momentos dispersos de sobrevivência oferecidos pela vida cotidiana não lhe são suficientes. Tudo demora demais...

Elias Canetti<sup>25</sup>

O resumo da estrutura social à mera *sobrevivência ampliada* [Debord, 1997] expressa na hegemonia da forma de vida em apartamento evidentemente não opera do mesmo modo dos dois lados dos muros. No espaço interior de residências e escritórios das apartadas classes intermediárias e altas, vigora a sobrevivência securitária e consumista, *sobrevivência branca*. Do lado externo e no

---

<sup>24</sup> Cf. Bolton: “A categoria de fascismo deve ser problematizada se quisermos articular uma crítica radical acerca do nosso presente [...] deixando de lado o historicismo liberal que insiste em que, com a Segunda Guerra Mundial, o fascismo foi derrotado de uma vez por todas. O fascismo vive em nós marcando os nossos corpos, porque o “revés” entre soberania e biopoder se aprofundou na cena capitalista contemporânea. Sob essa luz, o neoliberalismo seria o nome do fascismo feito dispositivo”. Acesso: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/558061-o-fascismovive-em-nos-atraves-do-dispositivo-do-neoliberalismo-entrevista-especial-com-rodrico-karmybolton>

<sup>25</sup> *Poder e sobrevivência*. In: A consciência das palavras. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

codificado intramuros, o basto campo da (parodiando Racionais MCs) *sobrevivência no inferno*, composto por centenas de milhares de trabalhadoras e trabalhadores, formais e informais, legais e ilegais. São porteiros, seguranças, domésticas, faxineiros, entregadores gerenciados por aplicativos, *ubers*, técnicos de internet, pedreiros, eletricitas, garis, operadores de *telemarketing*, etc., sem os quais o aparato securitário dos *enclaves fortificados* simplesmente colapsaria. São também milhares de jovens que, remunerados indiretamente por setores da burguesia financeira, se arriscam nas franjas periféricas do circuito internacional de narcotráfico, alvo quase exclusivo da “Guerra ao Crime e às Drogas”. Todos residentes muro afora dos condomínios, confinados nas periferias e favelas que compõem a metrópole fragmentada.

Embora separados e antagônicos, esses polos pertencem na verdade à mesma unidade dialética. A *autossegregação* definida no padrão dos condomínios fechados depende da conversão do chamado “espaço público” em *complexo industrial de serviços* a céu aberto, determinado de ponta a ponta pelo *totalitarismo da vida cotidiana*, “unidade integradora das separações”:

A solução da separação é e continua sendo problemática, pois não há como evitar que o pobre, do qual foi planejada a separação, esteja dentro de casa, que prepare a comida que vai ser servida, arrume as camas, cuide das roupas e, não raras vezes, fique com as crianças o dia todo [...] na vida cotidiana, tudo ou quase tudo se encontra articulado e sob as determinações fundamentais desta sociedade que tem a propriedade de socializar abstratamente a existência, afirmando o individualismo para a competição generalizada, mas negando a individualidade como particularidade [...] os milhões de pobres urbanos, confinados nos seus territórios, não vivem apenas a pobreza da sua condição social [...] se eles estivessem vivendo apenas a pobreza de sua condição, os auto-segregados (muitos de nós) não teríamos nenhum futuro. [Seabra, 2004: 199-202]

Como observado alhures, as periferias constantemente formadas nos entornos da marcha expansiva dos complexos condominiais é objeto de duplo e vicariante assédio. À medida que a conta do trabalho precarizado não fecha e milhares de pobres urbanos definitivamente sem emprego são reduzidos à condição de *supérfluos*, os territórios em que habitam tornam-se alvos constantes de operações policiais marcadas por sevícias, prisões abusivas, imolações e chacinas conversoras da *questão social* em *criminalidade urbana*. Na mesma dinâmica, tais territórios são mantidos como reserva de terra barata a ser espoliada por meio de operações urbanísticas garantidoras das condições de expansão do negócio financeiro-imobiliário [Valente, 2018]. Eles constituem, assim, o repositório vivo da marcha mortuária em expansão desde a chamada “transição democrática” pela qual, sob aplausos da audiência apartada, são promovidos massivamente os massacres periféricos e o encarceramento em massa da juventude preta – racionalizados, ao mesmo tempo, pela sanha populista-punitivista e pela boa-vontade humanista [Marques, 2018].

Há quatro anos, Ítalo, criança de 10 anos, acompanhado do amiguinho de 11 anos, conseguiu vencer o muro de um condomínio localizado em um bairro nobre de São Paulo e de lá saiu ao volante de um veículo que mal conseguia controlar. Perseguido por viaturas policiais, colidiu duas vezes, o carro parou e Ítalo foi alvejado quase à queima-roupa por um policial militar. Morreu na hora. Pouco tempo depois, na reconstituição do assassinato e numa manifestação em frente ao Palácio dos Bandeirantes, um grupo de moradores e síndicos de condomínios organizado pelo *Conseg Portal do Morumbi* aplaudiu efusivamente os policiais militares aos gritos de “heróis”<sup>26</sup>.

Entre o pequeno Ítalo, abatido por agentes estatais, e o pequenino Miguel, recentemente abandonado à própria morte por

---

<sup>26</sup> Nas palavras do presidente do Conseg: “no dia da reconstituição os moradores daqui foram lá no local da reconstituição e baterem palma pros policiais, gritaram heróis, etc., e isso fez com que a Justiça fosse feita, sem maiores problemas, sabe?” [Valente, 2018: 144].

uma representante caricatural da *branquitude* dos condomínios de luxo de Recife<sup>27</sup>, estreita-se um laço de terror. É a angústia de aniquilação de que fala Mbembe que se escancara nos aplausos aos policiais assassinos de Ítalo e na frieza daquela que deixou à deriva uma criança de 5 anos de idade<sup>28</sup>. Se hoje ressoa o brado, dos guetos estadunidenses às quebradas brasileiras, de “vidas negras importam”, o significante apontado pela posição dos altos moradores de condomínio é drasticamente inverso: na melhor das hipóteses, vidas negras importam pouco ou nada; na pior, mal se encobre o desejo de seu sacrifício para uma *solução definitiva*<sup>29</sup> das contradições acumuladas no beco sem saída da atual crise econômica global [Chesnais, 2017].

*Pari passu*, o atual e caótico regime de quarentena instaurado em razão da pandemia do coronavírus não poderia confinar mais

---

<sup>27</sup> Não é demasiado lembrar que o condomínio em que o pequeno Miguel foi imolado (conhecido como “torres gêmeas”) fica na região dos cais Estelita e Santa Rita, produto de gentrificação que foi amplamente denunciada pelo movimento *Ocupe Estelita* e alvo de protesto do diretor de cinema Kleber Mendonça Filho, que deletou digitalmente as torres da tomada aérea da área em *Aquarius* (2016), segundo filme da sua trilogia do confinamento (composta ainda por *O som ao redor*, 2013, e *Bacurau*, 2019).

<sup>28</sup> Ítalo não é um “caso isolado”, chavão de que rapidamente se valem as autoridades a cada barbárie em nome da “ordem pública” noticiada. Agatha, de 8 anos; Eduardo e Vanessa, de 10 anos; Patrick e Biel, de 11 anos; João Victor, Gilson e Maria Eduarda, de 13 anos; João Pedro, de 14 anos; Robert e Jordy, ambos de 15 anos: são algumas das crianças e adolescentes que, de memória, lembro terem sido assassinadas por agentes de segurança nos últimos anos.

<sup>29</sup> Na etnografia do Conseg Portal do Morumbi realizada entre 2016 e 2017, registrei diversas vezes a demanda de síndicos e moradores de condomínios da região por uma “solução definitiva” para Paraisópolis (maior ou segunda maior favela da cidade de São Paulo), projetada invariavelmente em propostas de intervenções urbanísticas e militares. Segundo o presidente do Conseg: “só vai conseguir resolver isso aí quando fizer uma limpeza e pra isso você precisa de gente”. Na última reunião observada, o capitão da PM e o Delegado da Polícia Civil afirmaram que uma grande ação estava sendo planejada para resolver de vez a questão [Valente, 2018]. Passados mais de dois anos, na madrugada de 1º de janeiro de 2019, nove pessoas (entre 14 e 23 anos) foram mortas, provavelmente por “asfixia mecânica”, em cerco e repressão ao baile funk promovidos pela Polícia Militar. É possível, evidentemente, que seja mera coincidência a convergência entre os interesses manifestos nas reuniões do Conseg, as promessas policiais e o massacre realizado dois anos depois.

com essa mesma razão da “Civilização da Morte”. Entre a hipocrisia humanista da *hashtag* “fique em casa” e o cinismo exterminista do “é só uma gripezinha”, sobra a multidão de trabalhadoras e trabalhadores obrigada a seguir nas ruas e arriscar a vida para extrair o pão diário do serviço sub-remunerado de abastecimento daqueles que podem usufruir sem maiores preocupações de sua sobrevivência apartada do “espaço público” [Andrés, 2020].

Diante do genocídio operado cotidianamente por agências públicas e privadas e aprofundado nas políticas de *abate*<sup>30</sup> das cada dia mais sitiantes pandemias [Colombi, Mello, 2020], fica a questão sobre se ainda é necessário que algo como um regime político fascista (ou coisa ainda pior) se instale oficialmente e mostre todos os seus dentes para recobramos a gravidade do regime capitalista em crise convulsiva e a urgência de defrontá-lo. Ao que tudo indica, os caminhos possíveis de enfrentamento decisivo e não-oportunista<sup>31</sup> ao fascio-capitalismo deveriam ser procurados menos na impotência do *politicismo* do que nas resistências cotidianas ao culto e aos rituais de violência e morte da sociedade produtora de mercadorias praticados intensamente no

---

<sup>30</sup>Cf.: [https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/populacao-foi-liberada-para-ir-ao-abatedouro-diz-integrante-do-portal-covid-19-brasil-sobre-reducao-do-distanciamento-24459467?utm\\_source=aplicativoOGlobo&utm\\_medium=aplicativo&utm\\_campaign=compartilhar](https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/populacao-foi-liberada-para-ir-ao-abatedouro-diz-integrante-do-portal-covid-19-brasil-sobre-reducao-do-distanciamento-24459467?utm_source=aplicativoOGlobo&utm_medium=aplicativo&utm_campaign=compartilhar)

<sup>31</sup> Há muito escreveu Orwell que “é impossível definir satisfatoriamente fascismo sem admitir coisas que nem os próprios fascistas, nem os conservadores, nem socialistas de nenhum matiz querem admitir” [Orwell, 2017]. Sob essa luz, aquilo que, aos olhos de Marcuse, valia para a democracia liberal dos anos 1970 parece valer perfeitamente para os governos democratas daqui: “A democracia burguesa, se ela é possível de maneira geral depois do fascismo, é desejável contra a ameaça do fascismo. Mas desta maneira é como se exatamente esta democracia burguesa fosse ela mesma permanentemente reduzida e mutilada pela burguesia e pelo grande capital. Quando olho ao meu redor [...] não reconheço na concorrência de partidos das democracias nenhum grande esforço especial, por exemplo, para reduzir a arbitrariedade da polícia. E no que tange a campanha com os direitos humanos, me parece que o conceito de direitos humanos do Sr. Carter é nitidamente definido, sobremaneira, de forma estratégica e geográfica” [Dissonância, vol. 2, nº 1.2 (*Dossiê Herbert Marcuse*), Campinas, jun. 2018].

extenso da *Nova República*; somente delas<sup>32</sup> podem brotar experiências radicalmente opostas à sociabilidade fascistizada do valor.

## Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

AGAMBEN, Giorgio. *Infância e História: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer – O Poder Soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

AGAMBEN, Giorgio. *Meios sem fim*. São Paulo: Autêntica, 2015.

AGAMBEN, Giorgio. *O uso dos corpos* [Homo Sacer, IV, 2]. São Paulo: Boitempo, 2017. ALEXANDER, Michelle. *A Nova Segregação : racismo e encarceramento em massa*. São Paulo: Boitempo, 2017.

ANDRÉS, Roberto. *A dupla exclusão: como a quarentena joga luz sobre as crises do clima e da cidade*. Revista Piauí, ed. 165, junho de 2020.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

---

<sup>32</sup> São inúmeros os exemplos, como a recente formação de um grupo de entregadores de aplicativos autodenominado “Entregadores antifascistas” [cf.: <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/lider-dos-entregadores-antifascistas-paulo-galolima-quer-comida-e-melhores-condicoes-de-trabalho-para-o-grupo/#tematico-6>] e a luta contra o genocídio policial e prisional que, para ficar somente no Brasil e nos Estados Unidos, conta com uma longa tradição de auto-organização radical [Malvezzi Filho, Valente, 2019].

- BARTHES, Roland. *Mitologias*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993.
- BENJAMIN, Walter. *Origem do drama trágico alemão*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BENJAMIN, Walter. *Escritos sobre mito e linguagem*. São Paulo: Editora 34, 2013a. \_\_\_\_\_. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013b.
- BERNARDO, João. *Epílogo e prefácio* (um testemunho presencial). *História Social*, (17), 243-262, 2009.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros – Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34; Edusp, 2000.
- CAMP, Jordan. *Incarcerating the Crisis - Freedom Struggles and the Rise of the Neoliberal State*. Berkeley: University of California Press, 2016.
- CATALANI, Felipe. *A decisão fascista e o mito da regressão: o Brasil à luz do mundo e vice-versa*. Blog da Boitempo, 23 de julho de 2019. Acesso: <https://blogdaboitempo.com.br/2019/07/23/a-decisao-fascista-e-o-mito-daregressao-o-brasil-a-luz-do-mundo-e-vice-versa/>
- CAVALLETTI, Andrea. *Classe*. Lisboa: Antígona, 2010.
- CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. *O capitalismo encontrou limites intransponíveis?* Portal *O Comuneiro* [link: [http://www.ocomuneiro.com/nr24\\_01\\_FrancoisChesnais.html](http://www.ocomuneiro.com/nr24_01_FrancoisChesnais.html)], 28 de janeiro de 2017.

COLOMBI, Ana Paula Fregnani; MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti. *A pandemia neoliberal*. Portal *A Terra é Redonda* [link: <https://aterraeredonda.com.br/a-pandemia-neoliberal/>], 16 de abril de 2020.

CRARY, Jonathan. *24/7 – Capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Cristian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Mike. *Cidade de Quartzos: escavando o futuro de Los Angeles*. São Paulo: Scriptta, 1993.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo – Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DE GIORGI, Alessandro. *A miséria governada pelo sistema penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. *Mal-estar, Sofrimento e Sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo, 2015.

FERNANDES, Florestan. *Poder e Contrapoder na América Latina*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

- FERREIRA, João Sette Whitaker. *O mito da cidade global - O papel da ideologia na produção do espaço urbano*. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.
- FINCHELSTEIN, Federico. *Do fascismo ao populismo na história*. São Paulo: Almedina, 2019.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- GLAESER, Edward. *O triunfo da cidade*. São Paulo: Bei, 2016.
- GRAHAM, Stephen. *Cidades Sitiadas – O novo urbanismo militar*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- LEFEBVRE, Henry. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- MALVEZZI FILHO, Paulo César; VALENTE, Rodolfo de Almeida. *A luta antiprisional na Califórnia*. RBCCrim - Revista IBCCRIM n. 157/ 2019.
- MARQUES, Adalton. *Humanizar e expandir: uma genealogia da segurança pública em São Paulo*. São Paulo: IBCCRIM, 2018.
- MARX, Karl. *O Capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MBEMBE, Achille. *Políticas da Inimizade*. Lisboa: Antígona, 2017.
- MILANOVIC, Branko. *Capitalismo sem rivais: o futuro do sistema que domina o mundo*. São Paulo: Todavia, 2020.

- ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther. *Nova direita nas ruas? Uma análise do descompasso entre manifestantes e os convocantes dos protestos antigoverno de 2015*. Fundação Perseu Abramo. Nº 11, Ano 7, 2016.
- ORWELL, George. *O que é fascismo? E outros ensaios*. São Paulo: Cia das Letras, 2017.
- PACHUKANIS, Evgeni. *A Teoria Geral do Direito e o Marxismo*. São Paulo: Sundermann, 2017.
- PASOLINI, Pier Paolo. *Os Jovens Infelizes*. Antologia de ensaios corsários. Org.: Michel Lahud. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1972.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *Territórios do uso: cotidiano e modo de vida*. Cidades, v.1, n. 2, 2004.
- TRAVERSO, Enzo. *Do fascismo ao pós-fascismo*. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, 13(2), 12-44 (2019).
- VALENTE, Rodolfo de Almeida. *Guerra de Classe e “Segurança Pública”*: sobre as conexões estruturais entre a organização política da violência e a ordenação das relações produtivas no Brasil contemporâneo. Dissertação de mestrado em Sociologia. Campinas: IFCH, Unicamp, 2018.
- VELHO, Gilberto. *A utopia urbana – Um Estudo de Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- VIRILIO, Paul. *O Espaço Crítico*. São Paulo: Ed. 34, 1993.